

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: 812

Data: 23.11.83 Pg.: _____

**Juruna fala em língua
¹⁹⁰
xavante no Congresso**

“Isto é um crime, uma covardia. Minha eleição foi apenas uma mostra da capacidade do índio”, afirmou ontem o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), em língua xavante, durante a reunião que promoveu, na Câmara dos Deputados, com mais de 20 xavantes da reserva de São Marcos, Mato Grosso, para discutir o projeto do novo Código Civil que torna o índio “absolutamente incapaz”, equiparando-o a um menor de 16 anos, a um enfermo grave, a um retardado e aos incapazes de exprimir sua vontade.

Apesar de o novo Código Civil dispor que o silvícola é incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, o mandato parlamentar conquistado em novembro do ano passado pelo deputado Mário Juruna não corre riscos. Dois ministros do Tribunal Superior Eleitoral afirmaram que o novo código só se aplicará para as futuras candidaturas de índios e que mesmo assim a justiça levará em conta o grau de aculturação que eles apresentarem.

Acultramento

Esses mesmos juizes explicaram que assim como um menor adquire sua maioridade aos 21 anos, um enfermo recupera-se e torna-se apto, o silvícola pode adquirir a condição de capaz para a vida civil no momento em que se aculturar. Um dos juizes esclareceu que a justiça eleitoral examina esses casos como matéria de fato, isto é, dá prioridade à situação na sociedade do índio que pleiteia tratamento igual ao do branco. E ele está integrado à civilização, é alfabetizado, tem título de eleitor e até passaporte, como o deputado Mário Juruna, naturalmente a justiça não pode impedi-lo de exercer qualquer ato da vida civil.

O movimento dos xavantes na Câmara dos Deputados começou às 10 horas, quando o deputado Mário Juruna abriu os trabalhos da comissão do índio, da qual é o presidente, sem a presença de nenhum outro parlamentar. Os xavantes foram convidados por ele a ocupar as cadeiras destinadas aos deputados. “Já que estamos entre irmãos posso falar em tupi”, afirmou Juruna que durante 20 minutos falou e gesticulou muito, sem ser interrompido, para a pequena platéia que o entendia.

Com a chegada de três membros da comissão, deputados Marcio Santilli (PMDB-SP), Dante de Oliveira (PMDB-MT) e João Paganella (PDS-SC), o deputado Mário Juruna voltou a falar em português, para dizer que estavam ali reunidos, para “enterrar” o que classificou de “provocação do governo” contra o índio brasileiro. Além da alteração do Código Civil que será votado amanhã, na Câmara dos Deputados, os índios manifestaram-se contrários ao decreto-lei que autoriza a mineração por empresas privadas em reservas indígenas e ao projeto sobre a emancipação do índio.

Nervoso e com muita dificuldade em se expressar em português, Juruna chegou a confundir os três itens em debate: “O projeto é contra a nação indígena. O branco tá ficando doido e não quer ver o índio senador. O presidente tem de garantir o índio e não a mineração. O índio tem direito de explorar a sua terra e não pode ser emancipado porque não fala ainda a língua do branco. Esse decreto é o fim do mundo. É o fim da picada”.

O novo Código Civil e a situação dos índios está tratado também na página 5